

A SAÚDE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA NO BRASIL

Bárbara Medeiros Araújo de MOURA¹; João Pedro Dias XAVIER¹; Karen Lúcia Ferreira Santos PORTO¹

1. Centro Universitário São Lucas

Este presente trabalho tem o intuito de analisar dados acerca da saúde da população carcerária feminina, bem como correlaciona-los com a concepção patriarcal arraigada no sistema prisional brasileiro, por meio de um recorte de gênero. Foram utilizados dados de acesso público coletados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, 2ª edição. Além do livro Presos que menstruam (QUEIROZ, 2015) para um maior embasamento teórico. A população carcerária feminina no Brasil, contabiliza cerca de 42 mil mulheres privadas de liberdade. Em comparação com outros países, o Brasil representa a 4º maior população carcerária feminina do mundo. Com um aumento exponencial da taxa de aprisionamento em 525% no período compreendido entre 2000 e 2016. Nesse contexto, apesar do alto contingente de mulheres encarceradas, o acesso a serviços de saúde específicos para a população feminina no sistema prisional é precário e ineficiente. Pois o espaço penitenciário foi concebido e planejado para homens, já que a maioria da população carcerária do mundo é masculina. Dessa forma, as mulheres encarceradas apresentam suas peculiaridades negligenciadas, recebendo um tratamento inferior em relação aos homens, principalmente no tocante a oferta e acesso aos serviços de saúde. A distribuição de vagas por gênero ratifica essa perspectiva excludente, pois 74% das unidades prisionais destinam-se aos homens, 7% ao público feminino e 16% caracterizados como mistos - embora sejam originalmente masculinos uma parte de suas alas é específica para mulheres. O acesso a profissionais de saúde é deficitário, somando apenas 8% desses profissionais em relação ao total de funcionários ligados às atividades de custódia, com presença de apenas 28 médicos ginecologistas. Além disso, apenas 84% das reeducandas ocupam unidades prisionais com módulos de saúde para atenção básica. Restringindo-se a uma avaliação local, alguns estados apresentam mais de metade da população feminina residindo em unidades que não contam com módulos de saúde. Essas mulheres, dependem de um serviço extra prisional para ter acesso à saúde básica, esbarrando em problemas logísticos e de autorizações de saída. Aproximadamente 74,2 mulheres para cada mil presas apresentam agravantes de saúde como HIV, sífilis, hepatite, tuberculose, entre outros, necessitando de cuidados constantes. Esse número pode ser ainda maior, tendo em vista que apenas metade das unidades dispunham desse tipo informação. A questão mental também é um ponto importante a ser levantado, pois a taxa de suicídio nos presídios femininos é expressiva, de modo que as chances de uma mulher se suicidar são até 20 vezes maiores entre a população prisional. Como o acompanhamento psicológico e psiquiátrico é quase inexistente por conta da carência de profissionais, o processo de adoecimento psíquico é agravado. Outro fator que colabora com esse quadro é a escassez de estabelecimentos com infraestrutura adequada para o exercício do direito de visita social e íntima nos presídios femininos, favorecendo o sentimento de solidão e abandono. É preciso ressaltar que a maioria das visitas íntimas é dificultada, pois uma possível gravidez geraria um custo a mais para o Estado, o que não é visto nos estabelecimentos masculinos. A realidade da maternidade no ambiente de cárcere coaduna com a invisibilidade feminina no sistema prisional. Apenas 55 unidades em todo o país, apresentam celas ou dormitórios que atendam às necessidades das gestantes. Além disso os berçários e centros materno-infantis são escassos nesses estabelecimentos. Diante desse cenário, o acesso



a um atendimento especializado nas unidades prisionais femininas é quase inexistente. Essas mulheres são constantemente desrespeitadas em seus direitos básicos, e a sua saúde é tratada com desdém, comprovando o total descaso do sistema prisional brasileiro com essa parcela carcerária. A indiferença com a singularidade dessas presas, reforça a desigualdade e perpetua a violência de gênero, inferiorizando e negligenciando as mulheres na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: População Carcerária Feminina. Saúde de Presidiárias. Mulheres Encarceradas.